

Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro*

Lucia Hippolito**

Resumo. A consolidação do sistema partidário do período 1945-64 ocorreu durante o segundo governo Vargas, tendo como referencial a figura e a atuação do presidente da República. O que emerge da crise de agosto de 1954 é um sistema partidário moderado, com o PSD solidamente instalado no centro do espectro político-ideológico, fiador da estabilidade política e atraindo os extremos (PTB e UDN) para o compromisso com o regime democrático. A construção da identidade e da maioria do sistema partidário brasileiro é um legado de Getúlio Vargas, mas que requereu, em larga medida, a superação da própria figura do estadista. Palavras-chave: Getúlio Vargas. Sistema partidário.

Fundados em 1945, antes do final do Estado Novo, com o objetivo de contribuir para uma transição negociada da ditadura para a redemocratização, os principais partidos políticos do período 1945-65 foram criações de Getúlio Vargas. O estadista era o

*Agradeço a cuidadosa leitura e as preciosas achegas de Edson Nunes e Edgar Flexa Ribeiro, os quais não são responsáveis, evidentemente, por eventuais insuficiências.

** Lucia Hippolito é historiadora (PUCRJ) e cientista política (IUPERJ-Rio).

referencial, não importando se esses partidos haviam sido criados por ele, ou se nasceram *contra* Vargas.

Segundo Amaral Peixoto, interventor no Estado do Rio, genro de Getúlio e participante das reuniões que precederam a criação dos partidos, alguns interventores queriam que os novos partidos fossem regionais, como na República Velha, mas Getúlio teve a palavra final e decidiu por partidos políticos nacionais.

Todos os fundadores do PSD eram homens que tinham colaborado na administração do Estado Novo, homens que tinham realizado o programa do Estado Novo nos estados. Nós nos reuníamos na casa do Valadares, aqui no Rio: Fernando Costa, Agamenon, Barbosa Lima e eu. Em algumas reuniões o Góis estava presente. A primeira questão foi: os partidos seriam nacionais ou estaduais? O Benedito e o Fernando Costa queriam partidos estaduais, o Agamenon e eu queríamos partidos nacionais. [...] Levamos o caso ao dr. Getúlio, e ele decidiu pelos partidos nacionais (apud Camargo et al., 1986, p.289-290).

O Partido Social Democrático (PSD), fundado em 17 de julho de 1945, começou a ser organizado primeiro nos estados, sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos, membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 15 de maio de 1945, reuniu, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, basicamente operários urbanos e sindicatos. É consensual a idéia de que Getúlio concebeu o PTB como um anteparo entre os trabalhadores e o Partido Comunista, que acabara de reingressar na legalidade.¹ Já a União Democrática Nacional (UDN) nasceu em 7 de abril de 1945, como frente de oposição à ditadura do Estado Novo, defendendo liberdades democráticas e a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Reunia

oligarquias apeadas do poder pela Revolução de 30, aliados de Getúlio que passaram para a oposição a partir de 1932 até 1937, participantes do Estado Novo que se afastaram antes de 1945, grupos liberais nos estados e as esquerdas.²

Embora constituídos como agremiações nacionais, os partidos políticos tiveram, desde suas origens, que se adaptar à poderosa lógica da política estadual. Assim, questões locais e regionais tiveram considerável peso na definição das filiações a uma ou outra legenda. Aos três maiores partidos, agregaram-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Republicano Progressista (PRP), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Republicano Trabalhista (PRT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).³ Esse foi o sistema partidário brasileiro que funcionou, com uma ou outra alteração, até 1965, quando todos os partidos políticos existentes no País foram arbitrariamente extintos pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

A eleição presidencial de 1950

Desde sua criação, em 1945, até o início do segundo governo Vargas, os partidos políticos constituíram um sistema partidário apenas no número, mas não na dinâmica de funcionamento. Ainda era muito difícil determinar-se o lugar preciso de cada partido no espectro político-ideológico.

A cassação do registro e dos mandatos do Partido Comunista, em 1947-48, iniciou a organização do espectro à esquerda, que passou a ser ocupada pelo PTB.⁴ Entretanto, os limites à direita ainda estavam apenas esboçados, carecendo de uma sintonia um pouco mais fina.

O próprio Getúlio Vargas contribuiu poderosamente para impedir um funcionamento adequado do sistema partidário. Associaram-se, de um lado, os enormes poderes conferidos ao Poder

Executivo no Brasil e, de outro, as características peculiares da personalidade de Getúlio.⁵ Republicano de formação castilhistas e autoritária, nutria forte descrença pelas instituições democráticas e, por isso, não se interessou em lidar com elas. Ao contrário, sempre procurou ultrapassá-las, visando ao contato direto com as massas. Segundo Oliveira Brito (1983), do PSD-BA, “Getúlio Vargas, por sua própria formação, tinha uma certa incapacidade para tratar com as instituições do regime democrático”.⁶ As circunstâncias da eleição presidencial de 1950 contribuiriam, de um lado, para o aprofundamento da relação personalista entre Vargas e os principais partidos políticos brasileiros e, de outro, para o início da constituição de um verdadeiro sistema partidário.

Eleições presidenciais seguem, em geral, um modelo que abrange três fases: na primeira, a tentativa de superação dos limites partidários conduz à busca de uma candidatura de união nacional, diluindo os contornos partidários e negando, aos partidos, legitimidade como veículos de tendências políticas diferenciadas. Na segunda fase, fracassa a união nacional, pois os partidos tentam fortalecer-se pela imposição do candidato de consenso; múltiplas coalizões de veto impedem o acordo. Finalmente, na terceira fase, os partidos fazem retornar a discussão aos limites da política partidária, escolhendo cada um o seu candidato e formando alianças com partidos menores.

A primeira fase, da busca do nome de consenso, foi de iniciativa do PSD, partido majoritário no Congresso, que entendia ser sua responsabilidade a liderança do processo.⁷ Em junho de 1949, o governador do Rio Grande do Sul, Válder Jobim, lançou a *fórmula Jobim*, segundo a qual o candidato deveria ser escolhido após ampla consulta a todos os partidos políticos. O presidente da República, Eurico Dutra, vetou a indicação do candidato natural, Nereu Ramos, ex-interventor em Santa Catarina, vice-presidente da República e presidente nacional do PSD, pois Dutra considerava-o excessivamente ligado a Getúlio Vargas. Desde o início, o Presidente manobrou para que o candidato escolhido fosse o seu preferido, o mineiro Bias Fortes. Assim, em novembro, a *fórmula Jobim* foi

substituída pela *fórmula mineira*, proposta pelo deputado mineiro Benedito Valadares e submetida à apreciação do comando nacional do PSD. A fórmula mineira estreitou os limites da *fórmula Jobim*, pois sugeria um candidato de união nacional que fosse, a um tempo, pessedista e mineiro. A lista de Valadares foi composta pelos nomes de Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Bias Fortes e Carlos Luz.

A clara inspiração do Catete na *fórmula mineira* gerou imediatamente resultados negativos para a negociação. Nereu Ramos, aliado da disputa, renunciou à presidência do PSD em 26 de novembro de 1949 e foi substituído pelo paulista Cirilo Júnior. O diretório do Rio Grande do Sul, que apoiava Nereu, abandonou as negociações, ao ser rejeitada a *fórmula Jobim*.⁸ A aceitação da *fórmula mineira* pelo PSD marcou o fracasso da candidatura de união nacional.

Na UDN, as conversações interpartidárias foram lideradas pelo presidente nacional do partido, o deputado fluminense Prado Kelly, e pelo governador de Minas Gerais, Milton Campos. Entretanto, o governador da Bahia, Otávio Mangabeira, que pretendia ser o escolhido por Dutra, rompeu com o presidente em dezembro e declarou que o candidato udenista seria o brigadeiro Eduardo Gomes, criando uma situação de fato. Assim, uma vez mais foi a UDN o primeiro partido a iniciar a corrida eleitoral, apresentando candidatura própria, e sua Convenção Nacional homologaria o nome de Eduardo Gomes em 12 de maio de 1950.⁹ Embora Prado Kelly apoiasse nova candidatura do Brigadeiro, outros udenistas entendiam que o partido deveria procurar um candidato com maiores chances de vitória. O jornalista Carlos Lacerda, udenista em ascensão, começou a advogar a busca de outro candidato.

Foi quando sustentei que a UDN era um partido que não tinha vocação de poder e que eu não tinha vocação para “derrotas gloriosas”. Que eu achava que estava na hora de disputar o poder. É para isso que os partidos existem. [...] Mas chegou ao ponto em que a escolha era entre o Getúlio (o Cristiano já estava derrotado) e

o Brigadeiro. Então é evidente que eu apoiei o Brigadeiro. Fiz comícios onde o Brigadeiro [...] repetia os mesmos realejos de 1945 (Lacerda, 1975, p.101).

A hipótese de enfrentar Getúlio Vargas nas eleições reacendeu o antigetulismo dos udenistas. Já em 1º de junho, Lacerda escrevia em seu jornal, *Tribuna na Imprensa*: “O sr. Getúlio Vargas senador não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

O PSD ainda realizou duas tentativas de entendimento. A primeira foi a candidatura suprapartidária do mineiro Afonso Pena Júnior, que naufragou antes do lançamento. A segunda, que seria a de um candidato comum PSD/PTB, foi paralisada por dois obstáculos, sendo o primeiro o próprio Vargas, que se negou a apoiar um candidato imposto pelo Catete. Rompido com Dutra em razão das críticas feitas por este à política econômico-financeira do Estado Novo e pelas atitudes tomadas contra getulistas dentro do PSD,¹⁰ Vargas reafirmou, a Amaral Peixoto, a intenção de apoiar um nome saído de negociações entre as lideranças do PSD e não de inspiração do palácio do Catete. Segundo Amaral, Getúlio não fazia qualquer objeção aos nomes de Nereu Ramos e do mineiro Cristiano Machado, ambos vetadas por Dutra.¹¹ O segundo obstáculo residia no próprio PTB, que via grandes chances de vitória na candidatura de Getúlio Vargas, negando-se portanto a ser o sócio minoritário do empreendimento. Sem grandes nomes nacionais que pudessem sensibilizar a opinião pública, o PTB aferrou-se ao nome de Getúlio. Este, após o rompimento com Dutra, começou a fazer oposição aberta ao governo e aproximava-se cada vez mais dos trabalhadores.

No exílio gaúcho, desaparecia gradativamente o Getúlio ditador e começava a se consolidar o Getúlio *democrata* e populista. Assim, mesmo quando ainda não tinha revelado o desejo de se candidatar, Getúlio já era o candidato dos sonhos do PTB. Nesse reino de incertezas, crescia a candidatura de Vargas, fortalecida por uma aliança firmada entre ele e o governador paulista Ademar de Barros,

fundador e maior cacique do PSP, partido que forneceria o candidato a vice na chapa de Getúlio: o deputado Café Filho (PSP-RN).¹² Uma visita de Ademar a Getúlio em sua estância gaúcha em 12 de dezembro de 1949 resultara em nota conjunta em que os dois líderes afirmaram estar tratando de problemas referentes à sucessão.

Em 28 de janeiro, Ademar anunciou oficialmente a retirada de sua candidatura à presidência da República. A aliança Getúlio-Ademar fortaleceu-se com a visita do primeiro a São Paulo três dias depois, a convite de Ademar. Na ocasião, Getúlio declarou que o PTB estava disposto a colaborar para que se chegasse à fórmula ideal, o acordo entre os partidos a partir de um programa que consultasse “as necessidades regionais e com um candidato único para evitar entrechoques”.¹³

A terceira fase, caracterizada pela definição dos partidos em torno de seus candidatos, significou, para o PSD, o agravamento da crise interna. Candidaturas sucederam-se sem que se conseguisse um nome que ao mesmo tempo unisse o partido e agradasse ao presidente Dutra.¹⁴ O lançamento de Getúlio contribuiu para aprofundar as divergências, pois as lideranças pessedistas hesitavam entre a fidelidade à legenda e a lealdade pessoal a Vargas.

Finalmente, a reunião dos dirigentes pessedistas, ocorrida em 15 de maio de 1950, resultou na indicação do mineiro Cristiano Machado. Ficou também decidido que, após lançado oficialmente, este deveria entender-se pessoalmente com Vargas e oferecer a vice-presidência ao PTB. Contudo, segundo Amaral Peixoto (apud Camargo et al., 1986), Cristiano Machado decidiu não procurar o ex-ditador, para não colocar em risco as possibilidades de obter o apoio do presidente Dutra. Sendo assim, Getúlio recusou-se a tomara iniciativa de apoiar o nome de Cristiano. A atitude de Vargas teve sérias conseqüências no interior do PSD, sendo uma delas a não-aceitação da candidatura (homologada pela Convenção Nacional em 10 de junho) por várias seções estaduais, que partiram para apoiar Getúlio. Cristiano Machado, nome sem expressão nacional, não conseguiu unir o partido em torno de sua candidatura.

Aproveitando-se da crise pessedista, Getúlio fez alianças com o PSD em vários estados, tendo em vista também as sucessões estaduais: no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Paraíba, Vargas apoiou os candidatos do PSD ao governo e foi por eles apoiado, velada ou ostensivamente.

O PSD, por seu turno, pôs em prática a *cristianização*: o candidato do partido foi abandonado à própria sorte, e sua candidatura foi praticamente esvaziada, uma vez que os mais expressivos líderes pessedistas aderiram a Getúlio Vargas. Para boa parte dos políticos pessedistas, a *cristianização* representava simples autopreservação, pois apoiar Cristiano Machado significaria “incorrer em derrotas eleitorais provavelmente fatais” (D’Araujo, 1982, p.62). O resultado das eleições, como era previsto, consagrou a vitória de Getúlio Vargas. O candidato do PSD chegou em terceiro lugar, vencendo apenas nos estados do Pará e do Maranhão e nos territórios do Amapá e do Acre.¹⁵

Nos estados, o PSD elegeu 11 governadores: no Amazonas, Álvaro Botelho Maia (PSD/PDC); na Bahia, Luís Régis Pacheco Pereira; no Ceará, Raul Barbosa (PSD/PSP/PR); no Espírito Santo, Jones dos Santos Neves (PSD/PTB); em Goiás, Pedro Ludovico (PSD/PTB); em Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (PSD/PR); na Paraíba, José Américo de Almeida (PSD/PL); em Pernambuco, Agamenon Magalhães; no Piauí, Pedro de Almeida Freitas; no Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto (PSD/PR/PRT/PST/PTN/PTB); e, em Sergipe, Arnaldo Rolemberg Garcez (PSD/PR). No Rio Grande do Norte, Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia, do PSP, foi eleito em coligação com o PSD e a UDN.

A UDN, por sua vez, elegeu cinco governadores: em Alagoas, Arnon de Mello; no Mato Grosso, Fernando Correia da Costa; no Pará, Alexandre Zacarias d’Assunção (UDN/PSP/PST/PL); no Paraná, Bento Munhoz da Rocha (UDN/PR/PST/PL/PRP); em Santa Catarina, Irineu Bornhausen. No Rio Grande do Norte, como vimos, a UDN participou da coligação que elegeu Dix-Sept Rosado.

Finalmente, o PTB elegeu apenas o governador do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles, mas participou da coligação vencedora no Espírito Santo, em Goiás e no Estado do Rio.¹⁶

Na Câmara dos Deputados, os três principais partidos aumentaram suas bancadas em relação a 1945-47.¹⁷ O PSD confirmou sua posição majoritária, elegendo 112 deputados (36,8%), enquanto a UDN ocupou 81 cadeiras (26,6%). O PTB, fortemente ajudado pela cassação do registro do Partido Comunista e pelo desempenho de Getúlio na eleição presidencial, mais do que dobrou sua bancada: de 24 deputados em 1945-47, elegeu 51 deputados federais em 1950, alcançando 16,7% do total de 304 deputados.

No Senado, que renovava um terço das cadeiras, das 22 vagas em disputa, o PSD ocupou seis, a UDN, quatro, e o PTB, cinco.¹⁸

A vitória de Getúlio, o crescimento do antigetulismo udenista e as condições em que ocorreu a derrota do PSD – principalmente a crise intrapartidária que a precedeu – seriam os principais ingredientes da crise que se desenrolou por todo o segundo governo Vargas e terminou no desenlace trágico de 24 de agosto de 1954.

A construção da dinâmica do sistema partidário

Desde o primeiro momento, o governo federal foi constituído à imagem e semelhança do presidente da República. Getúlio tentou deslegitimar os partidos, diluindo sua atuação e seus contornos. Mesmo chamando o PSD para o governo, ele não governou partidariamente, limitando-se a fazer escolhas pessoais nos partidos que comporiam o ministério – faz isto inclusive na UDN. No PSD, partido majoritário no Congresso e cuja divisão havia contribuído poderosamente para sua eleição, Getúlio selecionou ministros baseado em critérios regionais e/ou pessoais muito mais do que em indicações dos partidos. Para a Fazenda, escolheu o paulista Horácio Lafer (indicado por Ademar de Barros); para a Justiça, nomeou dois mineiros que se sucederiam, Negrão de Lima e Tancredo Neves, ambos indicados pelo governador Juscelino Kubitschek, recém-eleito; para a Educação, optou por dois baianos, Simões Filho

e Antônio Balbino, que também se sucederiam na pasta. O gaúcho João Neves da Fontoura, que ocuparia a pasta das Relações Exteriores (1951-53), embora pessedista, foi da cota pessoal de Vargas; a amizade dos dois era bastante anterior à Revolução de 30.

O PTB recebeu o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com todas as suas autarquias. Seriam petebistas os quatro ministros: o paulista Danton Coelho (jan./set. 1951), o carioca Segadas Viana (1951-53), o gaúcho João Goulart (1953-54) e o baiano Hugo de Faria (fev./ago. 1954).¹⁹ O fato de o presidente da República pertencer formalmente ao PTB não significou necessariamente o fortalecimento do partido. Praticamente durante todo o governo Vargas, o PTB esteve envolvido em problemas e lutas internos, visando ao fortalecimento dos laços entre o partido e o mundo sindical e entre o partido e os comunistas, “não só para atuar frente aos problemas sindicais como na defesa de princípios nacionalistas” (Ferreira, 2001, p.4.422).

Finalmente, a UDN também participou do governo. O pernambucano João Cleofas, aliado de Getúlio na campanha eleitoral, ganhou o Ministério da Agricultura (1951-54).²⁰ Entretanto, a própria UDN apressou-se em declarar que Cleofas assumia a pasta “em caráter pessoal”. Aliás, durante o governo Dutra, Carlos Lacerda já combatera ferozmente a presença de Clemente Mariani e Raul Fernandes no ministério, acusando-os de adesismo.²¹ Dessa forma, Getúlio Vargas, eleito pelo PTB e pelo PSP, governou com o PSD e cortejou a UDN. Essa busca do consenso máximo, como bem salientou D’Araujo (1982), foi altamente prejudicial ao sistema partidário e ao próprio Getúlio.

O sistema partidário parlamentar

Mais uma vez foi a UDN a primeira a se mover no tabuleiro, a se constituir e funcionar como partido. Durante todo o governo Vargas, a UDN foi o grande interlocutor do governo no Congresso, pois foi quem respondeu às iniciativas do Executivo,

para criticá-las e combatê-las. Cortejada por Getúlio, a UDN recusou a corte e partiu para comandar a oposição. A Banda de Música, sua fração mais aguerrida, liderou os ataques ao governo, denunciando irregularidades ou mesmo tomando a frente do próprio governo.²² Os esforços de Getúlio para cooptar o partido foram recebidos com enormes suspeitas. Já em fevereiro de 1952, Afonso Arinos de Melo Franco, líder da UDN na Câmara, expressava suas desconfianças, pois

[...] se supõe que o dr. Getúlio queira desmoralizar a UDN e enfraquecê-la, a fim de manobrar no sentido de reformar a Constituição na parte referente às inelegibilidades, para se reeleger, ou eleger presidente o comandante Amaral Peixoto.²³

É importante observar que a UDN já começava a funcionar como partido, mas identificando-se como partido de direita, o que a votação do projeto de lei da Petrobrás ilustrou com precisão. Enviado ao Congresso em dezembro de 1951, o projeto de criação de uma empresa de economia mista foi passivamente apoiado pelo PSD, mas encontrou resistências no PTB e na UDN, que surpreendentemente se uniram-se em defesa do monopólio estatal sobre a produção do petróleo (Carvalho, 1976). Ansiosa por encontrar um tema que a fizesse mais popular – sua pregação antigetulista atingia apenas as elites e as camadas médias – e captando melhor o sentimento da opinião pública, favorável ao monopólio – a campanha “o petróleo é nosso” ganhava as ruas –, a UDN desgavetou uma emenda do deputado mineiro Bilac Pinto, apresentada inicialmente na Assembléia Nacional Constituinte de 46, que propunha o monopólio estatal sobre a exploração do petróleo, e a reapresentou em julho de 1952, como emenda ao projeto do governo. Para não ficar a reboque de uma iniciativa da oposição e do potencial eleitoral que ela poderia mobilizar, o PSD aprovou a emenda udenista, e a Petrobrás foi transformada em lei em 21 de setembro de 1953, quase dois anos após o Executivo ter enviado a mensagem ao Congresso.

Propor monopólio estatal sobre o petróleo não é bem o que caracteriza um partido liberal de direita, mas foi o que a UDN fez. E o fez porque já começava a exercer uma das funções de um partido político: perceber o potencial político e eleitoral de determinada questão que mobiliza a sociedade e transformar-se em seu canal de interlocução junto ao Estado. A UDN foi o primeiro partido político brasileiro a desempenhar essa função de intermediação entre a sociedade civil e o Estado.

A campanha pelo monopólio estatal sobre o petróleo estava nas ruas, a mobilização era enorme e o primeiro partido a perceber isso e a transformar em emenda o projeto de lei foi a UDN. Naquele momento, ela se converteu num partido e praticamente obrigou os outros a acompanhá-la, o que fez não por ser de direita, mas por se ter transformado num verdadeiro partido político.

A oposição a Getúlio faz da UDN um partido aguerrido, presente e atuante no plenário e nas tribunas do Congresso, fiscalizando e criticando os atos do Executivo. isso se repetiu no caso do Banco do Brasil, da CPI da *Última Hora* e, finalmente, na investigação do atentado de Toneleros. A UDN teve um comportamento implacável, mas impecável, como partido político de oposição.

Desde o início do governo, as maiores dificuldades localizavam-se na área econômica, minada pelas orientações antagônicas do ministro da Fazenda, Horácio Lafer, e do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet. Tentando controlar a inflação e dinamizar o setor da indústria de base, Lafer formulara um programa de estabilização. Para tanto, limitou a expansão do crédito, indo contra Jafet, que insistia numa política de crédito fácil.

A UDN começava a acusar Ricardo Jafet, um dos grandes financiadores da campanha de Getúlio em 50, de ter recebido do governo as jazidas de ferro de Mato Grosso. Os deputados Aliomar Baleeiro (BA), Adauto Lúcio Cardoso (DF), José Bonifácio Lafayette de Andrada (MG) e o jornalista Carlos Lacerda, entre outros udenistas, compraram um pequeno lote de ações do Banco do Brasil e, durante dois anos, compareceram a todas as assembleias do banco,

submetendo Jafet a interrogatórios minuciosos e penosos sobre todos os pontos da política do banco. Em junho de 53, após ver todos os seus esforços de estabilização minados pela política de Ricardo Jafet, Horácio Lafer pediu demissão do ministério. A forte oposição da imprensa tinha também desgastado a posição de Jafet, e Getúlio optou por demiti-lo.²⁴

Enquanto isso, o desempenho dos partidos governistas, PSD, PTB e PSP, ficava altamente prejudicado pela atuação do próprio presidente da República. A identificação do primeiro ministério como “ministério da experiência” enfraquecera os ministros pessedistas, pois conferira, à equipe, uma aura de transitoriedade. Além disso, a corte à UDN, oferecendo-lhe postos federais nos estados, desagradara profundamente os governadores do PSD. Getúlio não conseguiu atrair a UDN, mas afastar os pessedistas. Acrescente-se a isso o fato de que Getúlio não fora eleito pelo PSD, mas por uma parcela do partido. Assim, vários diretórios regionais insurgiram-se contra o alinhamento automático ao governo. Segundo Tancredo Neves, deputado federal e depois ministro da Justiça de Getúlio,

Desde o momento em que teve que partilhar parte do governo com a UDN, o PSD já se sentiu lesado. [...] O PSD, por esses motivos, não era um partido totalmente identificado com o governo. Em alguns estados houve também um problema muito importante: a UDN se aliara ao PTB e tinha nesses estados todas as prerrogativas de partido do governo, e o PSD era tratado como oposição. Então, era muito difícil nesses estados a gente realmente trazer o PSD para um apoio entusiasta ao presidente Vargas (Neves, 1984, p.9).

Nasceu daí a estratégia do PSD durante o governo Vargas, a de “omissão preventiva”: o PSD não defendia vigorosamente o governo, mas tampouco o atacava, porque ocupava vários ministérios e precisava do Poder Executivo para tentar vencer as

eleições de 54 e preparar a sucessão presidencial de 55. Mas o partido omitiu-se, pois qual era o sentido de apoiar um Executivo que favorecia a UDN nos estados e permitia que o PTB, aproveitando-se do Ministério do Trabalho, aliciasse pessedistas?²⁵

A CPI do *Última Hora* foi outro momento de consolidação da UDN como principal partido de oposição, principal interlocutor do governo dentro do Congresso. Ela permitiu ainda acompanhar-se a *performance* dos partidos da base governista, PSD, PTB e PSP.

A campanha contra a *Última Hora* foi a mais importante levada a efeito por Carlos Lacerda na *Tribuna da Imprensa*. Samuel Wainer, repórter do *Diário da Noite*, de Assis Chateaubriand, fora destacado para ir ao Sul e entrevistar Getúlio, na campanha eleitoral de 1950. Wainer permaneceu ligado ao político e, após a posse, como a maioria da imprensa passou a fazer oposição, Wainer convenceu o presidente de que o governo precisava de um jornal que o apoiasse.

Francisco Matarazzo forneceu os primeiros recursos, e o Banco do Brasil fez um contrato para financiamento da compra de papel durante 20 anos, nascendo, assim, o *Última Hora*, jornal moderno, com um suplemento diário em cores. O periódico vendia espaços publicitários a preços baixos, publicava a publicidade de todos os institutos e autarquias e, sobretudo, atraía bons colaboradores com altos salários. Por tudo isso, *Última Hora* começou a ameaçar os outros jornais.

Na *Tribuna de Imprensa*, Lacerda começou a escrever sobre o caso, mostrando *Última Hora* como um fenômeno de corrupção através da imprensa. Intimidados pela concorrência, *O Globo* e os *Diários Associados* abriram espaço no rádio e na TV para Lacerda denunciar o caso da *Última Hora*. A seqüência natural do caso era, como foi, a proposta de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados para apurar as denúncias de favorecimento ilícito ao *Última Hora*. A CPI foi proposta pelo deputado Aliomar Baleeiro, da Banda de Música da UDN.

Surpreendentemente, após entendimentos entre o líder da Maioria, Gustavo Capanema (PSD-MG), e as lideranças da oposição, o governo perdeu o controle da CPI, que ficou assim constituída:

presidente, Castilho Cabral (PSP); relator, Guilherme Machado (UDN); membros, Aliomar Baleeiro (UDN), Ulisses Guimarães (PSD) e Frota Aguiar (PTB). Enquanto Castilho Cabral e Frota Aguiar, membros de partidos que apoiavam o governo, foram inteiramente envolvidos pela UDN, o PSD desvinculou-se da sorte da comissão; “Ulisses desinteressou-se do problema e deixou de comparecer às reuniões” (Brandi, 1983, p.271). O governo ficou sem defesa, entregue às acusações da UDN.

PSD e PTB omitiram-se e preferiram assistir à derrota do governo, porque, a partir de meados de 1953, a lógica das eleições de outubro de 1954 passou a presidir as ações partidárias. Tais eleições teriam evidentes repercussões na sucessão presidencial de 1955.

Enquanto o PTB dedicava-se com afinco à política de estruturação do partido em todo o País, o PSD preferiu omitir-se na CPI da *Última Hora* para não correr o risco de aprofundar, com uma defesa ardorosa do governo, as denúncias contra Wainer. Era importante evitar que, no desenrolar da CPI, aparecesse o nome de um dos primeiros financiadores do jornal, o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, que determinara a um banco mineiro o desconto de “três mil contos em promissórias da Editora Última Hora S/A, a serem pagos futuramente em publicidade” (Hippolito, 1985, p.96; Wainer, 1989). De fato, o nome de Juscelino jamais apareceu durante os trabalhos da comissão, e o PSD pôde preservar um de seus potenciais candidatos à sucessão presidencial de 1955.

A crise no Congresso

O acirramento da crise política teve como pano de fundo o ano eleitoral de 1954. A omissão dos partidos governistas, PSD e PTB, no que dizia respeito à defesa do governo diante da ferocidade crescente dos ataques da UDN, aumentava na razão direta da aproximação das eleições de outubro. Os 24 deputados do PSP deixaram de compor a Maioria, restando a base de apoio ao governo basicamente com 163 deputados, encurralados pela Minoria,

composta de pouco mais de 116 deputados (81 da UDN, 11 do PR e 24 do PSP, além de deputados de pequenos partidos) (Hippolito, 1985, p.58). Alegando compromissos eleitorais, grande parte dos pessedistas e petebistas recolheu-se a seus estados, deixando, no cenário federal, uma luta sempre mais acirrada entre UDN e governo. PSD e PTB fizeram escassos no Congresso.

A ausência do PSD nos debates parlamentares foi aproveitada pela UDN, cujos deputados atacavam diariamente o governo. Se a omissão era parte do cálculo político pessedista, a oposição cerrada era parte da estratégia eleitoral udenista, que tentava capitalizar a crescente impopularidade de Vargas junto à opinião pública do Rio de Janeiro.²⁶

Discursando na Câmara em março de 54, Aliomar Baleeiro (UDN-BA) acusou o presidente da República de promover um bloqueio econômico ao estado de Pernambuco, governado pelo pessedista – e dissidente – Etelvino Lins, que se opunha ao governo federal. Baleeiro propôs o início de um processo contra o presidente: “Admitindo como verdadeiro o fato, temos que o sr. Getúlio Vargas delinqüiu, cometeu um crime de responsabilidade que o sujeita ao *impeachment* e à cadeia”.²⁷

Às denúncias iniciais agregam-se outras, sobre entendimentos entre Vargas e o ditador argentino Juan Domingo Perón e sobre corrupção e conivência com atos ilícitos. Votada em junho, a proposta de *impeachment* foi derrotada por 136 votos contra 35.²⁸ Dessa vez, o PSD jogou toda a sua força parlamentar e derrotou o projeto, pois um eventual *impeachment* do presidente da República poderia arrastar os ministros pessedistas a serem acusados de crimes conexos, o que, a menos de quatro meses das eleições, representaria, para o PSD, um desastre de proporções incalculáveis. Entretanto, a partir de 5 de agosto, quando o atentado da rua Toneleros conduziu a crise para sua fase mais aguda,²⁹ o PSD retornou à tática de “omissão preventiva”: aguardava os acontecimentos, negava-se a defender ou a acusar o governo no Congresso, negava combate à UDN e contribuía para que a crise se reduzisse à insatisfação pela presença de Vargas na chefia do governo.

Na Câmara, enquanto crescia a violência dos discursos da oposição udenista, menos da metade da bancada pessedista comparecia ao plenário. Discursando em 9 de agosto, Aliomar Baleeiro declarou estranhar “que nesta emergência as bancadas do PSD estejam quase desertas! [...] Esperava, hoje, que o nobre líder da Maioria estivesse em seu posto, pronto a dar à Nação as explicações que ela ansiosamente espera”.³⁰ O discurso de Baleeiro não recebeu aparte de nenhum membro da Maioria, embora a Mesa registrasse a presença de 39 deputados pessedistas na Câmara.³¹

No dia seguinte, o udenista Herbert Levy afirmou que o presidente da República tornara-se incompatível com a nação brasileira; nenhum dos 43 pessedistas presentes o apartou-o para tomar a defesa do governo.³² A mesma coisa foi ocorrendo nos dias seguintes; o PSD não se pronunciou diante dos violentos discursos de Bilac Pinto (11.08) e Afonso Arinos (13.08) pedindo a renúncia do presidente.³³

Só em 17 de agosto, o líder da Maioria, Gustavo Capanema, defendeu o governo em discurso fraco, hesitante, quando foi bombardeado por 153 interrupções de deputados da UDN, do PR, do PSP e do próprio PTB, que atacavam o governo. Enquanto isso, apenas dois deputados do PSD – Augusto do Amaral Peixoto (DF) e José Joffily (PB) – acorreram em seu auxílio.³⁴ Impotente diante do massacre que sofria por parte da oposição udenista, Capanema apelou para que os brasileiros ficassem “todos juntos, a fim de que a crise transcorra de tal maneira que a Constituição continue ilesa”.³⁵

Mas, a essa altura, já era consensual, entre os pessedistas, a inconveniência da permanência de Getúlio à frente do Executivo. A opinião pública era contra Vargas, os militares estavam contra Vargas.

Durante todo o período mais agudo da crise, PSD e PTB omitiram-se, deixando a UDN livre no Congresso. Com isso, o PSD preservava-se para encaminhar uma solução política para o conflito. Permitindo que toda a patologia da crise concentrasse-se na figura de Getúlio, o encaminhamento da proposta de licença pôde contribuir para a solução do impasse e preparar a volta à normalidade.

Ao se negar a combater frontalmente o governo, o PSD desqualificava a crise como um conflito entre Executivo e Legislativo, este sim, de resultados imprevisíveis para a estabilidade do regime. Ao mesmo tempo, negava combate à UDN, que, por falta de contendor, concentraria ainda mais seus ataques em Getúlio. O PSD deu seu consentimento tácito ao afastamento “voluntário” do presidente, mas o suicídio de Getúlio em 24 de agosto lancetou o tumor e acelerou a solução da crise.

A atuação do PSD durante todo o processo que encerrou tragicamente o segundo governo Vargas constitui seu ato de batismo como verdadeiro partido político. Reduzindo o conflito a limites politicamente administráveis, evitando que extravasasse as fronteiras de um confronto entre governo e oposição, o PSD definiu seu perfil e ocupou seu espaço no sistema político do período 1945-64: o de partido de centro, chave da dinâmica do sistema partidário e fiador da estabilidade do regime.

A recomposição do poder

Ao sair de cena, Getúlio Vargas beneficiou duplamente a vida política brasileira: primeiro, como o cerne da crise estava concentrado nele, seu suicídio permitiu uma solução politicamente negociada, sem a interferência concreta de elementos estranhos à dinâmica política, como viria a ocorrer em 64.³⁶ Segundo, conferiu ao sistema partidário exatamente aquilo que lhe faltava: uma dinâmica de funcionamento. O sistema partidário brasileiro que emergiu a partir daí foi um sistema moderado, com o PSD solidamente instalado no centro e atraindo os extremos (UDN e PTB) para um compromisso com a estabilidade do regime. Mas, mais relevante ainda, o governo Vargas legaria ao sistema partidário a própria tentativa de superação do getulismo. Ao introduzir novos temas em discussão, o governo Vargas contribuiria fortemente para que o sistema partidário superasse o dilema getulismo X antigetulismo, predominante desde 1930, e passasse a se diferenciar em torno de temas político-ideológicos.

A discussão política mudou qualitativamente de patamar a partir do governo Vargas. Temas como monopólio, industrialização, estatização, participação do capital estrangeiro no desenvolvimento, alinhamento automático com os Estados Unidos, extensão da legislação trabalhista ao campo, reforma agrária, acesso à terra, voto do analfabeto, fortalecimento do mercado interno, crescimento da urbanização, modernização administrativa, entre outros, assomaram ao centro dos debates.³⁷

O processo geral de complexificação que atingiu a sociedade brasileira teve óbvios e relevantes reflexos. No âmbito dos partidos políticos, tais mudanças tiveram graves conseqüências, embora sua absorção por parte das oligarquias partidárias ocorresse mais lentamente. O avanço da urbanização teve efeitos interessantes no tocante à redefinição da competição eleitoral. A mudança da composição do eleitorado fez com que o debate dos novos temas, enumerados acima, ganhasse significado e implicações sempre maiores.

Na verdade, o peso do eleitorado urbano ainda não determinava inteiramente os contornos da disputa eleitoral. Afinal, em 1960, a população rural ainda representava 54,9% do total da população brasileira,³⁸ mas as áreas rurais, já tradicionalmente ocupadas por PSD e UDN, passaram a ser disputadas com tenacidade pelo PTB, em sua estratégia de disseminação por todo o território nacional (cf. Hippolito, 1985; Benevides, 1981; D'Araujo, 1996). Assim, o diferencial do voto urbano assumia cada vez maior importância na composição das vitórias eleitorais. Ora, o crescente eleitorado urbano sofisticava suas demandas em termos socioeconômicos e políticos, o que exigia dos partidos uma revitalização e uma atualização para responder a esses novos desafios.

A sucessão presidencial de 55 representou já uma tentativa de superação do trauma do suicídio de Getúlio. Juscelino Kubitschek, eleito com o menor percentual de votos da história da República (33,8%), venceu com a ajuda decisiva dos votos do interior. Perdeu no Rio, perdeu em São Paulo. Paradoxalmente, o homem que pregava a modernidade foi eleito pelos grotões, pelos burgos podres.³⁹

Essa mudança de eixo na discussão política iria produzir a recomposição das diferenciações partidárias e até mesmo dos debates intrapartidários. Juscelino foi muito certamente efeito e causa dessa mudança de patamar na discussão política brasileira, como bem apontou Celso Lafer (1970) em seu trabalho pioneiro sobre o Programa de Metas. Era Juscelino quem aceleraria a superação da dicotomia getulismo/antigetulismo, pois o debate ideológico agregar-se-ia ao debate meramente político. O centro ideológico caminhava para a esquerda, e a disputa partidária teria que se defrontar com esta nova realidade.

É exaustivamente enfatizado por aqueles que aderiram à candidatura de Juscelino o fato de que, pela primeira vez no Brasil, um candidato à presidência da República apresentava-se ao eleitorado com um programa de governo: o Programa de Metas.⁴⁰ Por isso, o presidente da República foi o estimulador dessas novas realidades. O debate sobre o desenvolvimentismo permeou todo o período, estabelecendo os laços do governo JK com os governos anteriores e os subseqüentes. Por sua vez, a implementação do Programa de Metas acelerou a evolução das novas realidades, gerando novas demandas.

Quanto ao sistema partidário, a urbanização acelerada da década de 50 levou os partidos mais nitidamente urbanos, como o PTB e a UDN, a penetrar mais fortemente no interior: O PTB, com o Ministério do Trabalho e os Institutos de Previdência e depois com o Ministério da Agricultura e suas autarquias; a UDN, com os líderes do interior ganhando espaço na direção nacional, contrabalançando o poder da UDN do Distrito Federal. Os dois partidos começaram a pressionar os redutos eleitorais do PSD, cuja liderança começava a ser ameaçada. O PSD seria obrigado a tentar vir para os grandes centros, a reformar seu discurso, a modernizar-se como partido. Juscelino obrigou-a a discutir temas antes impensáveis para o partido.

Esse foi o pano de fundo sobre o qual iria se acelerar a radicalização político-ideológica do final da década de 50 e início da de 60, que iria polarizar o sistema partidário e contribuir para sua desagregação. Foi o processo de radicalização o grande responsável

pela crise do sistema partidário, parte importante da crise do governo João Goulart, e muito mais do qualquer processo de fragmentação ou dispersão partidária que possa ter ocorrido (cf. Hippolito, 1985; Lima Júnior, 1983; Castello Branco, 1985; entre outros).

Afinal, o período 1945-64 inaugurou-se com 12 partidos e terminou com 13. Não houve um aumento significativo no número de partidos políticos que justificasse a hipótese de fragmentação. De outro lado, os três maiores partidos – PSD, UDN e PTB – controlavam, em 1945-47, 261 cadeiras na Câmara dos Deputados (85,8% do total de 304). Em 64, controlavam 325 cadeiras (79,4% do total de 409), o que também desqualifica a hipótese de dispersão.⁴¹

O legado de Vargas

A superação da crise do segundo governo Vargas e a administração política do conflito conferiram identidade e maioria ao sistema partidário brasileiro do período. A ocupação dos espaços no espectro político-ideológico, a definição mais clara de papéis por parte dos partidos, enfim, a dinâmica de funcionamento do sistema partidário são legados do governo Vargas. Legados de Getúlio, um homem que criou os partidos, mas que não sabia lidar com os instrumentos do regime democrático. Por isso mesmo, a independência do sistema partidário exigiu, em larga medida, a superação da figura de Getúlio Vargas.

Vargas and the beginning of Brazilian party system

Abstract. The consolidation of Brazilian party system between 1945-64 took place during Vargas administration (1951-54), having as the major reference the president's personality and performance. After the August 1954 crisis, a moderate party system arises, with the PSD strongly installed at the political-ideological center as the guarantee of political stability, attracting the extremes (PTB and UDN) as a compromise with democracy. The construction of Brazilian party system's identity and emancipation is a legacy of Getúlio Vargas, and it required at large the surpassing of his own figure of statesman.

Keywords: Getúlio Vargas. Party system.

Notas

¹ Ver, entre outros, Amaral Peixoto (1960) e D'Araujo (1982).

² As informações sobre a origem e composição inicial dos partidos estão em Hippolito (2001), Ferreira (2001) e Benevides (2001).

³ O PCB foi extinto em maio de 1947, quando o TSE cancelou seu registro. O PSB foi criado a partir da Esquerda Democrática da UDN e fez sua estréia nas eleições de 1950. Quando ao MTR, de curtíssima existência, trata-se de uma ala do PTB que passou a funcionar como partido a partir das eleições de 1962. Ver Hippolito (1985), texto em que este artigo é fortemente inspirado.

⁴ Sobre a trajetória do Partido Comunista, ver, principalmente, Pandolfi (1995).

⁵ É vasta a bibliografia sobre Getúlio Vargas. Cito, entre outros, Brandi (1983), Skidmore (1969), D'Araujo (1982, 1996) e Amaral Peixoto (1960).

⁶ Oliveira Brito (1908-97) foi deputado federal (PSD-BA) entre 1951 e 1965 e entre 1967 e 1968 (Arena-BA); Ministro da Educação (1961-62) e das Minas e Energia (1963-64); e secretário de Estado da Bahia (1967-69). Cassado pelo AI-5, não retomou as atividades políticas. Durante o governo Sarney (1985-90), presidiu a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Ver Hippolito (1985) e Abreu et al. (2001).

⁷ As informações contidas nesta seção foram retiradas de meu trabalho *A campanha eleitoral de 1950* (Hippolito, 1977), e de D'Araujo (1982).

⁸ A atitude de independência do PSD do Rio Grande do Sul em relação ao Catete e à direção nacional do PSD seria fonte permanente de divergências daí em diante. Ver Hippolito (1985).

⁹ Essa seria a segunda candidatura de Eduardo Gomes à Presidência da República. Em 1945, o brigadeiro foi derrotado pelo general Eurico Dutra, candidato do PSD e do PTB. Ver Abreu et al. (2001).

¹⁰ Não se deve menosprezar, tampouco, a mágoa de Getúlio pela participação do então general Dutra, Ministro da Guerra do Estado Novo e um dos principais articuladores do golpe de 1937, nos acontecimentos que deram fim ao Estado Novo e depuseram Vargas em 29 de outubro de 1945.

¹¹ Amaral Peixoto declarou que Dutra vetava Cristiano Machado sob a alegação de que este tinha “um irmão comunista”, o escritor Aníbal Machado (apud Camargo et al., 1986, p. 313-14).

¹² Ver Café Filho (1966) e Sampaio (1982).

¹³ *Correio da Manhã*, dezembro de 1949 e janeiro de 1950.

¹⁴ Durante todo o processo sucessório, foram ventiladas, no PSD, as candidaturas de Nereu Ramos, Cristiano Machado, Ovídio de Abreu, Adroaldo Mesquita da Costa, Válder Jobim, Pinto Aleixo, Góis Monteiro, Miguel Couto Filho, Israel Pinheiro, Carlos Luz, Barbosa Lima Sobrinho, João Neves da Fontoura, Cirilo

Júnior, Pereira Lira e a já mencionada candidatura suprapartidária de Afonso Pena Júnior.

¹⁵ Os resultados oficiais da eleição presidencial de 1950 foram: Getúlio Vargas – 3.849.040 votos; Eduardo Gomes – 2.342.384 votos; Cristiano Machado – 1.697.193 votos; e João Mangabeira – 9.466 votos. TSE, *Dados estatísticos*, v. 7.

¹⁶ TSE, *Dados estatísticos*, v. 7.

¹⁷ Em 1947, houve eleições suplementares para o preenchimento de 19 cadeiras na Câmara dos Deputados (TSE, *Dados estatísticos*, v. 7).

¹⁸ TSE, *Dados estatísticos*, v. 7.

¹⁹ Ver Abreu et al. (2001).

²⁰ Embora o candidato do PSD em Pernambuco fosse Agamenon Magalhães, ex-colaborador de Getúlio durante todo o Estado Novo, este preferiu apoiar o candidato da UDN, João Cleofas, que terminou derrotado por Agamenon e recebeu como prêmio de consolação o Ministério da Agricultura. Ver, a respeito do episódio, o relato de Amaral Peixoto em Camargo et al. (1986, p.321-22).

²¹ Clemente Mariani foi ministro da Educação, e Raul Fernandes, de Relações Exteriores. Ver Abreu (2001) e Lacerda (1978).

²² Sobre a Banda de Música da UDN, ver Benevides (1981), entre outros.

²³ Conversa entre o deputado Gurgel do Amaral e o deputado Afonso Arinos, em 15.02.52. Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV, ref. GV52.02.21/1 (Novais, 1983, p. 14).

²⁴ Ver Hippolito (1978) e Andrada (1977).

²⁵ Em 12 de dezembro de 1952, o *Correio da Manhã* noticiava a existência de uma carta de Amaral Peixoto, já então presidente nacional do PSD, dirigida ao presidente Getúlio Vargas, referindo-se abertamente à luta que travava com o deputado João Goulart, presidente nacional do PTB. Segundo o jornal carioca, Amaral queixava-se dos favores que o Catete concedia aos trabalhistas, “em fase de reorganização e arregimentação eleitoral”. O PTB estaria desfalcando o PSD, “oferecendo as boas graças do Catete para os que se transferissem para o partido”. Amaral jamais confirmou nem desmentiu a existência da carta. Ver Hippolito (1985, p. 95).

²⁶ Sobre a impopularidade de Getúlio no período mais agudo da crise, ver Jurema (1977), entre outros.

²⁷ Discurso de Aliomar Baleeiro (30.03.1954). *Anais da Câmara dos Deputados*, v. II, p. 754-61, 1954.

²⁸ Ver a relação nominal da votação do *impeachment* em Novais (1983, p. 294-96).

²⁹ Em 5 de agosto de 1954, elementos ligados à guarda pessoal de Getúlio Vargas atentaram contra a vida de Carlos Lacerda. No atentado, morreu o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz. Ver Abreu et al. (2001).

³⁰ Discurso de Aliomar Baleeiro (09.08.1954). *Anais da Câmara dos Deputados*, v. XIV, p. 222-31, 1954.

³¹ Idem, p.3, 232-33.

³² Discurso de Herbert Levy, 10.08.1954. *Anais da Câmara dos Deputados*, v. XIV, p. 323-29, 1954. Os deputados presentes estão relacionados às p. 283, 330-31.

³³ Nos dois dias, estavam presentes 41 deputados do PSD. *Anais da Câmara dos Deputados*, v. XIV, p. 385, 412-13, 540, 563-65, 1954.

³⁴ Discurso de Gustavo Capanema, 17.08.1954. *Anais da Câmara dos Deputados*, v. XIV, p. 795-823, 1954. Vale lembrar que, nesse dia, a Mesa registrou a presença de 76 deputados, dos quais 37 do PSD. *Anais da Câmara dos Deputados*, v. XIV, p. 737, 789-90, 1954.

³⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, v. XIV, p. 823, 1954.

³⁶ É consensual a noção de que a solução política encontrada para a crise de 1954 adiou por dez anos o golpe de 1964. Ver, entre outros, Hippolito (1985); D'Araujo (1982, 1996); Amaral Peixoto (1960); Camargo et al. (1986); Brandi (1983).

³⁷ Ver, a propósito, a atuação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb – em Toledo (1977).

³⁸ O avanço da urbanização pode ser avaliado pelos dados do *Censo Demográfico de 1960*, do IBGE. Em 1950, a população rural era de 33.101.000 hab. (63,8% da total), e a urbana era de 18.783.000 hab. (36,2%). Em 1960, a população rural era de 38.976.000 hab. (caindo para 54,9% da total), e a urbana passou a 31.991.000 hab. (elevando-se para 45,1% da total).

³⁹ Os números finais da eleição presidencial de 1955 foram: Juscelino Kubitschek – 3.077.411 votos; Juarez Távora – 2.610.462 votos; Ademar de Barros – 2.222.725 votos, e Plínio Salgado – 714.379 votos. TSE, *Dados estatísticos*, v. 7; *Correio da Manhã*, 25.01.1956.

⁴⁰ Para o Programa de Metas, ver Lafer (1970) e Benevides (1976). Para os depoimentos sobre a campanha de Juscelino e seu compromisso com promessas concretas de campanha, ver principalmente Archer (1977-78), Oliveira Brito (1983), Guimarães (1971), Jost (1983), Chaves (1977, 1978), Joffily (1983) e Riedinger (1988).

⁴¹ Ver a evolução da representação partidária na Câmara dos Deputados em Hippolito (1985, p. 58).

Referências

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

ANDRADA, José Bonifácio Lafayette de. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977. (História Oral).

ARCHER, Renato. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977-8. (História Oral).

BANDEIRA, Muniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. União Democrática Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados, 1951-4*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952-5.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

CAMARGO, Aspásia; HIPPOLITO, Lucia; D'ARAUJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha. *Artes da política*. Diálogo com Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. 2 v.

CHAVES, João Pacheco. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977-8. (História Oral).

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DULCI, Otávio Soares. *A União Democrática Nacional e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro

DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas*: biografia política. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Partido Trabalhista Brasileiro. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. 5 v.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Ulisses. *Entrevista a Lúcia Lippi de Oliveira*. Brasília, 30.04.1971.

HIPPOLITO, Lucia. *A campanha eleitoral de 1950*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977.

_____. *Carlos Lacerda*: ascensão e queda da metralhadora giratória. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1978.

_____. *De raposas e reformistas*: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Partido Social Democrático. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

JOFFILY, José. *Depoimento (II)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1983. (História Oral).

JOST, Nestor. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1983. (História Oral).

JUREMA, Abelardo. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1977. (História Oral).

KUBITSCHKE, Juscelino. *Meu caminho para Brasília* (memórias). Rio de Janeiro: Bloch Editores, 3 v.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LAFER, Celso. *The planning process and the political system in Brazil*: a study on Kubitschek's Target Plan. 1970. Tese (doutorado em Ciência Política) – Cornell University, Cornell, 1970.

LAMOUNIER, Bolívar; KINZO, Maria D'Alva. *Partidos políticos e consolidação democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Lucia Hippolito

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. *Dados*, n.17, p.29-52, 1977.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-64)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

NEVES, Tancredo de Almeida. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1984. (História Oral).

NOVAIS, Adelina Maria Alves; COSTA, Célia Maria Leite; D'ARAUJO, Maria Celina Soares; SILVA, Suely Braga da (Org.). *Impasse na democracia brasileira, 1951-55*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1983.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Brasília: ENAP, 1996.

OLIVEIRA BRITO, Antônio de. *Depoimento*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1983. (História Oral).

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960.

SAMPAIO, Regina. *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil, de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1975.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: Siciliano, 1995. 2v.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1989.